

A retomada do planejamento regional e o desenvolvimento sustentável

Jorge Tadeu Dantas Caffé*

Resumo

O artigo procura contextualizar a atividade de planejamento num ambiente globalizado e sob a ótica do paradigma do Desenvolvimento Sustentável, além de informar, de forma sucinta, sobre a experiência de elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS na Bahia.

Palavras-chave: planejamento; desenvolvimento sustentável; globalização; PDRS.

No início dos anos 1990, a globalização da economia mundial repôs a problemática regional na agenda do desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, o processo de abertura externa e o aumento da competição internacional passaram a requerer novos arranjos tecno-produtivos entre o capital, a divisão do trabalho e os mercados, com ascensão das regiões como protagonistas recentes de processos que escapam ao traçado rígido do Estado-Nação.

A formação de blocos econômicos entre países – a União Européia, o Nafta, o Mercosul e, mais recentemente, a Alca, por exemplo – reflete uma regionalização supranacional, da mesma forma que recortes internos de espaços econômicos dinâmicos de países em desenvolvimento. No caso brasileiro, alguns estudiosos da questão regional apontam, inclusive, a iminência de uma reconcentração espacial ditada pelas tendências de realocação industrial que pode determinar a exclusão das regiões Norte e Nordeste da sua abrangência.

Abstract

The objective of this paper is to contextualize the planning activity in a globalized environment under the Sustainable Development paradigm. It also makes a brief report of the experience with the elaboration of the Regional Sustainable Development Programs (RSDPs) in Bahia.

Key words: *planning, sustainable development, globalization*

Com a pretensão de superar tais obstáculos, uma das vertentes atuais do desenvolvimento regional/local – as políticas de industrialização descentralizada – tem despontado no cenário internacional como alternativa às políticas de desenvolvimento industrial centralmente concebidas e implementadas, obtendo crescente interesse, em virtude do seu êxito no que se refere a ganhos de competitividade e geração de emprego e renda.

As políticas de industrialização descentralizada, atualmente adotadas em diversos países e regiões (dentre elas, Alemanha, França e Itália), enfatizam a flexibilidade produtiva e as economias de aglomeração como instrumentos de ancoragem regional das estruturas socioeconômicas nos seus territórios.

Isso permite que as adaptações rápidas ao mercado e às novas tecnologias incrementem a aprendizagem e o relacionamento entre empresas locais, fazendo com que as competências profissionais consolidem relações numa comunidade governada por normas de solidariedade.

No âmbito das políticas regionais, essas implicações remetem a outra discussão contemporânea

* Economista, coordenador de Estudos e Projetos Regionais e Municipais da CAR/SEPLANTEC. jtadeu@car.ba.gov.br

sobre o Estado e a necessidade de aglutinação de atributos societários, organizacionais e políticos para a sua atuação eficiente.

O aumento da capacidade governativa em sentido amplo – a *governance* – apresenta-se como um conjunto de processos institucionais decisórios onde a parceria público-privado, na implementação de políticas de desenvolvimento, aproxima os padrões de coordenação e cooperação entre os atores sociais. Desta forma, mercados, redes sociais, hierarquias e associações combinam-se para aumentar o desempenho econômico das regiões, das municipalidades, ou mesmo das comunidades da área urbana dos municípios, como apontam experiências existentes na Bahia e no Brasil.

A retomada do planejamento regional também está inscrita no **paradigma do desenvolvimento sustentável**. O desenvolvimento sustentável invoca uma multidimensionalidade ecossocial que freqüentemente é abstraída dos enfoques reducionistas, limitados a enxergar o mercado como o mecanismo exclusivo e supremo da alocação de recursos e de definição das relações entre os atores econômicos na sociedade.

Por outro lado, não se confunde com o fundamentalismo ecológico-catastrofista, que repete o jargão da autopenitência do homem como destruidor da natureza. Para além dos simplismos e das unanimidades pouco inteligentes, a metodologia do desenvolvimento sustentável é um processo em construção, muito embora já tenha avançado significativamente.

Reunir num só escopo a capacidade de sustentação dos empreendimentos econômicos, a participação integral da sociedade, a conservação dos recursos naturais, o aumento da eficiência energética e a estabilidade dos processos decisórios nas políticas de desenvolvimento é uma árdua tarefa de médio e longo prazos.

Ao lado dela, é necessário ainda se ter em mente a preservação de valores formadores de identidade cultural das populações, ao mesmo tempo em que são desenvolvidas estratégias para a introjeção de novos valores sustentáveis necessários às transformações socioeconômicas esperadas.

A sustentabilidade exige, portanto, mudanças radicais na concepção do desenvolvimento. Isso porque se trata de um novo paradigma que modela, estrutura e organiza todos os processos que venham a ser utilizados no desenvolvimento de uma região.

Na Bahia, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), incorporou a sustentabilidade na estratégia dos Programas de Desenvolvimento

A retomada do planejamento regional também está inscrita no paradigma do desenvolvimento sustentável

Regional Sustentável (PDRSs), que considera a dinâmica, o desenho geográfico, econômico, social e político de uma região, de modo a atender às demandas específicas de cada área no contexto da abertura da economia brasileira e da heterogeneidade intra-regional. O objetivo central dos PDRSs é con-

solidar um estilo de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo, baseado na conservação do meio ambiente, na competitividade de suas vocações econômicas e na melhoria das condições de vida da população.

Os vetores e linhas de ação dos PDRSs conduzem à reestruturação e modernização da base produtiva regional, à ampliação da infra-estrutura econômica, à inovação e desenvolvimento tecnológico e ao desenvolvimento humano e ambiental. Dentro de cada vetor, as prioridades devem ser aquelas capazes de competir local, inter-regional e/ou internacionalmente e que tenham relação direta com a reestruturação produtiva, com a geração de emprego e renda, a redução da pobreza, a eficiência tecnológica e a conservação do meio ambiente.

Os fluxos de deslocamento de investimentos industriais e de serviços para diversas regiões do território baiano revelam não somente um novo estágio de desenvolvimento, novas oportunidades econômicas e novos incentivos, mas também que a Bahia continuará mantendo a sua estratégia de ação baseada no desenvolvimento sustentável e em programas regionais selecionados em função de características específicas das diferentes regiões do estado.

O alcance desses objetivos exige a articulação das cinco dimensões da sustentabilidade, que traduzem uma visão multidimensional do planejamento e que são consideradas na formulação dos PDRSs.

São elas as dimensões geoambiental, econômico-social, científico-tecnológica, político-institucional e histórico-cultural.

MODELO DO PLANEJAMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A década de 1990, como foi visto anteriormente, evolui também para uma compreensão global e integrada dos bens naturais como bens sociais e, portanto, passíveis de utilização pela humanidade. Os limites e as formas desta utilização é que caracterizam e dão sentido ao desenvolvimento sustentável.

O planejamento do desenvolvimento sustentável tem a região como espaço de referência e como foco da organização social, sendo essa a relação que os atores sociais estabelecem entre si e o meio ambiente, definidos como protagonistas do processo de desenvolvimento. Fazer o planejamento

sustentável é uma tarefa coletiva, multidisciplinar e interativa, e nisto consiste uma das diferenças básicas em relação ao planejamento tradicional, que era focado exclusivamente na economia e suas "externalidades". A experiência da CAR, na elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, identificou quatro fases distintas, baseadas no Modelo Teórico-Metodológico, formulado pela CAR e voltado para orientar a elaboração desses Programas:

A **primeira fase**, de caráter instrumental, consiste no levantamento da bibliografia e das fontes dos dados oficiais e institucionais: no primeiro caso, trata-se das fontes vinculadas ao poder público e, no segundo, aos órgãos setoriais ou às suas representações, como suporte à elaboração dos Termos de Referência, instrumento balizador das fases seguintes. Integra ainda essa fase a consulta aos órgãos da estrutura do Estado com o objetivo de levantar as ações planejadas e em andamento no âmbito da Região.

Na **segunda fase**, efetiva-se a elaboração da subespacialização, que consiste em reagrupar os

conjuntos de unidades municipais segundo características associadas aos fluxos de bens e serviços com outros espaços regionais e extraregionais. Este procedimento decorre do princípio central da sustentabilidade que é "pensar global e agir local".

A **terceira fase** refere-se à elaboração do Perfil Regional, documento construído com os subsídios das fases anteriores e das entrevistas técnicas feitas na região, tendo duas funções básicas: 1ª) apre-

O planejamento do desenvolvimento sustentável tem a região como espaço de referência e como foco da organização social, sendo essa a relação que os atores sociais estabelecem entre si e o meio ambiente, definidos como protagonistas do processo de desenvolvimento

sentar uma visão atualizada e integral da região, partindo do processo histórico de ocupação até sua configuração econômica, social e cultural no presente; 2ª) servir de base para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).

A **quarta fase** consiste na elaboração propriamente do PDRS. Como parte da metodologia de elaboração, está a consulta aos atores sociais, efetivada através de um modelo de abordagem comunitária denominado "Reunião Temática", exercitada na região em (sub) espaços representativos com a participação efetiva dos diversos e diferentes atores sociais.

Sob a ótica do planejamento estratégico, o Desenvolvimento Sustentável, mais que uma idéia-força para o balizamento dos trabalhos da CAR, é, hoje, a sua própria missão – PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DA BAHIA.

Já foram elaborados pela CAR/SEPLANTEC seis Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRSs voltados para oito regiões econômicas: Chapada Diamantina, Sul da Bahia, Oeste da Bahia, Nordeste da Bahia, Sudoeste e Recôncavo Sul. Afora esses seis PDRSs, encontram-se em processo final de elaboração os Programas para as regiões de Irecê e do Baixo Médio São Francisco, estando também previstos para 2002 os procedimentos concernentes às etapas iniciais para a elaboração de mais dois PDRSs – o de Serra Geral e o do Piemonte da Diamantina, cobrindo-se, praticamente, todas as regiões econômicas do estado.